

RELATÓRIO & CONTAS 2 0 1 9



ÍNDICE

1. BALANÇO
2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
POR NATUREZAS
3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS
FUNDOS PATRIMONIAIS
5. NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO
DOS RESULTADOS
6. RELATÓRIO DOS AUDITORES
7. PROPOSTA DA DIREÇÃO PARA APLICAÇÃO
DE RESULTADOS OBTIDOS
8. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



1. BALANÇO



CODIPOR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IDENTIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE PRODUTOS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
BALANCE SHEET AS OF 31ST OF DECEMBER 2019 AND 31ST OF DECEMBER 2018

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

ATIVO ASSETS	NOTAS NOTES	31/12/19	31/12/18
ATIVOS NÃO CORRENTE NON-CURRENT ASSETS			
Ativos fixos tangíveis <i>Tangible assets</i>	4	3.686.828	3.157.383
Propriedades de investimento <i>Investment properties</i>	5	848.983	903.927
Ativos intangíveis <i>Intangible assets</i>	6	601.209	803.227
Outros ativos financeiros <i>Other financial assets</i>	8	1.852.910	1.851.481
		<u>6.989.930</u>	<u>6.716.018</u>
ATIVOS CORRENTE CURRENT ASSETS			
Créditos a receber <i>Receivables</i>	8	15.285	18.061
Adiantamentos a fornecedores <i>Advances to suppliers</i>	8	595	9.473
Estado e outros entes públicos <i>State and other public entities</i>	12	13.685	12.949
Associados e membros <i>Associated and members</i>	8	382.833	360.214
Outros ativos correntes <i>Other assets</i>	8	48.136	46.094
Diferimentos <i>Deferred costs</i>	9	278.942	275.202
Outros ativos financeiros <i>Other financial assets</i>	8	-	100.104
Caixa e depósitos bancários <i>Cash and bank deposits</i>	3	764.092	1.407.358
		<u>1.503.568</u>	<u>2.229.455</u>
Total do ativo Total assets		<u>8.493.498</u>	<u>8.945.473</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO FUNDS AND LIABILITIES			
FUNDOS PATRIMONIAIS FUNDS			
Resultados transitados <i>Retained earnings</i>	10	7.928.806	8.412.836
		<u>7.928.806</u>	<u>8.412.836</u>
Resultado líquido do exercício <i>Net result for the year</i>	10	(553.251)	(484.030)
Total de fundos patrimoniais Total funds		<u>7.375.555</u>	<u>7.928.806</u>
PASSIVO NÃO CORRENTE NON-CURRENT LIABILITIES			
Outros passivos não correntes <i>Other liabilities</i>	8	14.000	14.000
		<u>14.000</u>	<u>14.000</u>
PASSIVO CORRENTE CURRENT LIABILITIES			
Fornecedores <i>Suppliers</i>	8	358.576	337.657
Adiantamento de clientes <i>Advances from customers</i>	8	1.848	2.713
Estado e outros entes públicos <i>State and other public entities</i>	12	58.177	52.277
Associados e membros <i>Associated and members</i>	8	34.808	33.294
Financiamentos obtidos <i>Obtained loans</i>		5.010	7.141
Outros passivos correntes <i>Other liabilities</i>	8	618.332	537.630
Diferimentos <i>Deferred gains</i>	11	27.192	31.955
		<u>1.103.943</u>	<u>1.002.667</u>
Total do passivo Total liabilities		<u>1.117.943</u>	<u>1.016.667</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo Total equity and liabilities		<u>8.493.498</u>	<u>8.945.473</u>

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT



2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
| INCOME STATEMENT BY NATURE FOR THE PERIODS ENDED ON 31ST OF DECEMBER 2019 AND 31ST OF DECEMBER 2018

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS INCOME AND LOSSES	NOTAS	31/12/19	31/12/18
	NOTES		
Vendas e serviços prestados <i>Sales and services rendered</i>	13	3.750.105	3.643.771
Fornecimentos e serviços externos <i>Supplies and external services</i>	14	(1.590.059)	(1.684.483)
Gastos com o pessoal <i>Personnel expenses</i>	15	(1.912.876)	(1.674.257)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões) <i>Accounts receivable impairments (losses/ reversions)</i>	16	(56.287)	(58.708)
Aumentos/ reduções de justo valor <i>Increase or decrease in fair value</i>	17	(2.316)	(54.937)
Outros rendimentos <i>Other profits</i>	18	154.591	170.589
Outros gastos <i>Other losses</i>	20	(310.557)	(279.774)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos <i>Net income before depreciations, financial activities and taxes</i>		<u>32.601</u>	<u>62.201</u>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização <i>Losses/ reversals in depreciations and amortizations</i>	19	(616.009)	(587.112)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) <i>Operational net income (before financing activities and taxes)</i>		<u>(583.408)</u>	<u>(524.911)</u>
Juros e rendimentos similares obtidos <i>Interests and similar income obtained</i>	21	49.947	60.239
Juros e gastos similares suportados <i>Interests and similar costs paid</i>	21	(1.174)	(838)
Resultado antes de impostos <i>Net income before taxes</i>		<u>(534.635)</u>	<u>(465.510)</u>
Imposto sobre o rendimento do período <i>Income taxes</i>	7	(18.616)	(18.520)
Resultado líquido do período <i>Net profit (loss)</i>		<u>(553.251)</u>	<u>(484.030)</u>

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT



3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - MÉTODO DIRECTO |
CASH FLOW STATEMENT FOR THE PERIODS ENDED ON DECEMBER 31ST 2019 AND DECEMBER 31ST 2018 - DIRECT METHOD

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

	NOTAS NOTES	31/12/2019	31/12/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS CASH FLOW GENERATED BY OPERATING ACTIVITIES:			
Recebimentos de clientes e utentes <i>Receivements from clients and donors</i>		3.975.634	3.864.484
Pagamentos a fornecedores <i>Payments to suppliers</i>		(1.953.682)	(2.055.027)
Pagamentos ao pessoal <i>Payments to staff</i>		(1.437.915)	(1.295.955)
Caixa gerada pelas operações <i>Cash generated from operations</i>		584.037	513.502
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento <i>Payment / receipt of income tax</i>		12.001	14.700
Outros recebimentos / pagamentos <i>Others receivements / payments</i>		(648.388)	(282.693)
Fluxos das atividades operacionais <i>Cash flow generated by operating activities</i> [1]		(52.350)	245.509
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO CASH FLOW GENERATED BY INVESTMENT ACTIVITIES:			
Recebimentos provenientes de <i>Receivements related to:</i>			
Activos fixos tangíveis <i>Tangible assets</i>		790	330
Investimentos financeiros <i>Financial investments</i>		100.000	517.138
Juros e rendimentos similares <i>Interests and similar gains obtained</i>		43.938	49.282
		144.728	566.750
Pagamentos respeitantes a <i>Payments related to:</i>			
Ativos fixos tangíveis <i>Tangible assets</i>		(735.644)	(87.665)
Ativos intangíveis <i>Intangible assets</i>		-	(180.516)
Investimentos financeiros <i>Financial investments</i>		-	(251.623)
		(735.644)	(519.804)
Fluxos das atividades de investimento <i>Cash flow generated by investment activities</i> [2]		(590.916)	46.946
Varição de caixa e seus equivalentes <i>Change in cash and cash equivalents</i> [4]=[1]+[2]+[3]		(643.266)	292.455
Efeito das diferenças de câmbio <i>Effect of exchange differences</i>		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período <i>Cash and cash equivalents at beginning of period</i>		1.407.358	1.114.903
Ajust. das Apl. Financ. no saldo inicial de caixa e seus equivalentes <i>Adjust. of Financ. Invest. at beginning of period</i>		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período <i>Cash and cash equivalents at end of period</i>	3	764.092	1.407.358

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT



4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 |
STATEMENT OF CHANGES IN FUNDS FOR THE PERIOD ENDED IN DECEMBER 31ST 2019

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

	Notas Notes	Resultados Transitados Retained Earnings	Resultado Líquido do Exercício Net Income	Total dos Fundos patrimoniais Total Funds
Posição em 1 de Janeiro de 2019 Balance in January 1st 2019	10	8.412.836	(484.030)	7.928.806
Alterações do período Change in the period :				-
Aplicação de resultados de 2018 Income distribution 2018		(484.030)	484.030	-
		7.928.806	-	7.928.806
Resultado líquido do exercício Net income			(553.251)	(553.251)
Resultado extensivo Extensive income			(553.251)	(553.251)
Posição em 31 de Dezembro de 2019 Balance in December 31st 2019		7.928.806	(553.251)	7.375.555

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 |
STATEMENT OF CHANGES IN FUNDS FOR THE PERIOD ENDED IN DECEMBER 31ST 2018

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

	Notas Notes	Resultados Transitados Retained Earnings	Resultado Líquido do Exercício Net Income	Total dos Fundos patrimoniais Total Funds
Posição em 1 de Janeiro de 2018 Balance in January 1st 2018	10	8.492.750	(79.914)	8.412.836
Alterações do período Change in the period:				
Aplicação de resultados de 2017 Income distribution 2017		(79.914)	79.914	-
		8.412.836	-	8.412.836
Resultado líquido do exercício Net income			(484.030)	(484.030)
Resultado extensivo Extensive income			(484.030)	(484.030)
Posição em 31 de Dezembro de 2018 Balance in December 31st 2018		8.412.836	(484.030)	7.928.806

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT



5. NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A CODIPOR – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos (CODIPOR ou Associação), constituída em 26 de novembro de 1985, é uma Associação sem fins lucrativos, com sede na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício K3, em Lisboa e que tem por objeto a gestão, a nível nacional, do Sistema Internacional GS1 bem como o acompanhamento, investigação, estudo, formação, implementação e desenvolvimento de outros sistemas que conduzam à normalização e simplificação de procedimentos no âmbito da Indústria, Comércio e Serviços.

A CODIPOR, é uma Organização sem fins lucrativos, neutra em relação aos operadores de negócio, orientada e governada para os utilizadores e que serve todas as empresas: de grandes multinacionais a micro, pequenas e médias empresas. A sua missão é ser um parceiro e um facilitador dos negócios. Por isso, implementa standards globais e cria serviços de gestão de dados comerciais para que toda a cadeia de abastecimento fale a mesma linguagem – A Linguagem Global dos Negócios.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 Alterações de políticas contabilísticas

2.1.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o período não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira, relativa ao período anterior, apresentada nos comparativos.

2.1.2 Alterações nas normas e interpretações em efeitos nas demonstrações financeiras

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que têm aplicação obrigatória para períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016.

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

Da aplicação destas normas e interpretações não ocorreram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Associação.

2.2 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do Sector Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”) e com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites em Portugal (“PCGA”), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Associação, preparadas nos termos legais, para aprovação em Conselho Fiscal e Assembleia Geral.

De acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), é necessário que a Associação e os gestores da mesma, na preparação das suas demonstrações financeiras, efetuem julgamentos e estimativas, utilizando pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas, bem como os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos.

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, numa base duodecimal, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções:	
Edifícios	50
Obras / Construções	16-25
Instalações e equipamentos diversos	4-25
Equipamento administrativo:	
Aparelhagem e máquinas	3-10
Máq.n/especificadas e mobiliário	4-16
Computadores	3-8
Ferramentas e utensílios	4-8
Equipamento básico:	
Aparelhagem, máquinas e instalações	4-20
Mobiliário	8
Outros ativos fixos tangíveis:	
Não especificados	10
Ferramentas	4-8
Outras máquinas	5-10

Os bens de valor unitário inferior a mil Euros, são depreciados na totalidade no período em que são adquiridos.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização”.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Os ativos fixos tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou não disponíveis e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam controláveis pela Associação e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis, correspondentes a programas de computador e projetos de desenvolvimento, são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Programas de computadores	3-10
Projetos de desenvolvimento	3-6

Independentemente da vida útil dos ativos intangíveis, é efetuada com uma periodicidade anual, ou sempre que sejam identificados indícios de imparidade sobre os ativos, uma avaliação da mensuração atribuída aos ativos.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irá ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;

- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Os custos de desenvolvimento de um projeto individualizado são reconhecidos como ativos intangíveis quando a Associação pode demonstrar:

- A exequibilidade técnica de completar o ativo intangível de forma a que fique disponível para uso ou venda;
- A sua intenção para completar e que reúne condições para usar ou vender o ativo;
- Como o ativo irá gerar benefícios económicos futuros;
- A disponibilidade de recursos para completar o ativo;
- A capacidade de medir fiavelmente o dispêndio durante o desenvolvimento.

Os ativos intangíveis em curso representam ativos com um grau de acabamento que não permite o início da utilização dos mesmos, encontrando-se registados ao custo de aquisição e não sendo depreciados.

2.5 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios detidos para a obtenção de rendas e não para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda no decurso ordinário dos negócios.

A propriedade de investimento é valorizada inicialmente pelo custo de aquisição, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente imputáveis. Após o reconhecimento inicial, as Propriedades de Investimento são valorizadas ao custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções:	
Edifícios	50
Obras / Construções	25
<u>Instalações e equipamentos diversos</u>	<u>8-10</u>

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

2.6 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. A análise de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo

em consideração a possibilidade de renovação nas situações em que tal renovação é considerada provável. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7 Outros Ativos financeiros

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros detidos para negociação (obrigações de empresas maioritariamente com cotação divulgada publicamente). Os instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com as variações de justo valor reconhecidas nos resultados do período.

2.8 Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com o critério do custo ou ao justo valor.

(i) custo

São mensurados "ao custo" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

(ii) justo valor

São mensurados "ao justo valor" por via de resultados o reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("bid"). Se não existir um mercado ativo, a Associação estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de "cash-flows" descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Créditos a receber e Associados e membros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes e associados resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade da Associação e outros saldos relacionados com atividades operacionais.

Os saldos de créditos a receber e Associados e membros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os créditos a receber e associados e membros são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

As perdas por imparidade são reconhecidas como gasto na Demonstração de Resultados. O critério para o reconhecimento do ajustamento nos saldos a receber é o de antiguidade de dívida, tendo todos os saldos com antiguidade superior a 2 anos sido ajustados, bem como a totalidade dos saldos de devedores em situação de insolvência ou reestruturação financeira. Adicionalmente, todos os saldos devedores com antiguidade inferior a 2 anos e superior a 1 ano, são ajustados de acordo com o histórico de taxa de sucesso de recuperação da dívida pelo escritório externo de advogados.

b) Adiantamentos a fornecedores

Os saldos de adiantamentos a fornecedores são registados ao custo. Usualmente, o custo destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

d) Outros ativos correntes

Os outros ativos correntes encontram-se valorizados da seguinte forma:

- ✓ Outros devedores - ao custo menos imparidade;
- ✓ Juros a receber – ao custo;
- ✓ Adiantamentos a fornecedores de investimentos – ao custo menos imparidade;
- ✓ Devedores por acréscimos de rendimentos - ao custo;

e) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

f) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de um ano, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo. Usualmente, o custo destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Associação adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. Usualmente, o custo destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

h) Adiantamentos de clientes e de Associados e Membros

Os Adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo.

i) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo.

j) Outros passivos correntes

Os outros passivos correntes encontram-se valorizados da seguinte forma:

- ✓ Outros credores - ao custo;
- ✓ Fornecedores de investimentos – ao custo;
- ✓ Credores por acréscimos de gastos - ao custo.

2.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Associação;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

2.10 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano, são convertidos à taxa de câmbio de fecho e a diferença é reconhecida em resultados do exercício.

2.11 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

2.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Análises de imparidade da propriedade de investimento;
- d) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- e) Imparidade de ativos financeiros.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

2.13 Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

A Direção da Associação, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

2.14 Especialização de períodos

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos, na rubrica de “Outros ativos correntes” ou passivos, na rubrica de “Outros passivos correntes”.

2.15 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a um ano), líquidos de descobertos. A rubrica de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalha-se conforme se segue:

	2019	2018
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	2.006	2.005
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	662.075	109.341
Depósitos a prazo	<u>100.011</u>	<u>1.296.012</u>
	<u>764.092</u>	<u>1.407.358</u>

A redução verificada nos depósitos bancários está diretamente relacionada com um maior nível de investimento efetuado em 2019 comparativamente com 2018, essencialmente relacionado com a reconstrução do Edifício K5, para fazer face às necessidades de crescimento orgânico da Associação, o qual foi financiado integralmente com capitais próprios.

A rubrica de depósitos a prazo era composta a 31 de dezembro de 2019 e 2018 por várias aplicações de curto prazo (ativos correntes), nas seguintes Instituições Financeiras:

	2019	2018
Banco Crédito Agrícola	-	100.000
Caixa Geral de Depósitos	-	100.000
Banco BIC	100.000	100.001
Banco Deutsche Bank	-	-
Banco BPI	-	796.000
Banco BCP	-	100.000
Banco Santander Totta	<u>11</u>	<u>100.011</u>
	<u>100.011</u>	<u>1.296.012</u>

4 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2019						Total
	Terreno Rec.Naturais	Ed. e outras Construções	Equipam. Básico	Equipam. Admini.	Outros ativos fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tang. em curso	
Ativos:							
Saldo inicial	-	2.837.496	583.304	433.516	120.318	16.776	3.991.408
Aquisições	-	39.739	45.352	48.071	-	709.077	842.238
Alienações	-	-	-	-	(1.010)	-	(1.010)
Outras variações	-	-	-	(993)	(2.674)	-	(3.667)
Transferências	-	702.819	-	-	23.034	(725.853)	-
Saldo final	-	3.580.053	628.655	480.594	139.667	-	4.828.969
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:							
Saldo inicial	-	290.955	182.396	299.461	61.213	-	834.025
Amortizações do exercício	-	161.273	87.479	50.297	10.445	-	309.495
Alienações	-	-	-	-	(118)	-	(118)
Outras variações	-	-	-	(882)	(379)	-	(1.261)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	452.228	269.875	348.877	71.162	-	1.142.140
Ativos líquidos	-	3.127.825	358.780	131.717	68.506	-	3.686.828

	2018						Total
	Terrenos Rec.Naturais	Ed. e outras Construções	Equipam. Admini.	Outros AF Tangíveis	Outros ativos fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tang em curso	
Ativos:							
Saldo inicial	-	2.807.755	550.999	390.291	103.406	-	3.852.450
Aquisições	-	29.740	32.305	50.513	17.395	16.776	146.729
Alienações	-	-	-	(7.287)	(483)	-	(7.771)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	2.837.496	583.304	433.516	120.318	16.776	3.991.408
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:							
Saldo inicial	-	144.444	99.892	260.866	43.530	-	548.732
Amortizações do exercício	-	146.511	82.504	45.882	17.731	-	292.628
Alienações	-	-	-	(7.287)	(48)	-	(7.336)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	290.955	182.396	299.461	61.213	-	834.025
Ativos líquidos	-	2.546.540	400.908	134.055	59.105	16.776	3.157.383

As aquisições de ativos fixos tangíveis efetuadas durante o exercício de 2019, respeitam maioritariamente a obras de reconstrução do Edifício K5 e arranjos exteriores, aquisição de equipamento administrativo e equipamento básico para o mesmo, aquisição da central fotovoltaica e de equipamento informático.

As quantias reconhecidas nos resultados relativas a rendas de Propriedades de investimento, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram as seguintes:

	2019
	Rendimentos de rendas
Propriedade arrendada	85.918

	2018
	Rendimentos de rendas
Propriedade arrendada	84.941

Em dezembro de 2017, a Associação consultou uma entidade externa, com o fim de obter uma avaliação do imóvel (frações de serviços localizadas no piso intermédio na Rua Professor Fernando da Fonseca n.ºs 16 A, 16 e 18, e Rua Alfredo Trindade n.ºs 2, 4 e 4A, Lumiar), resultando num valor de mercado de 1.177.000 Euros, pelo que, nesse exercício, não existiu qualquer imparidade a reconhecer.

A avaliação foi realizada tendo como base no Valor de Mercado, definido pelas Normas Profissionais do RICS – janeiro de 2014 da seguinte forma: “Estimativa do montante mais provável pelo qual, à data da avaliação, um ativo ou um passivo, após um período adequado de comercialização, poderá ser transacionado entre um vendedor e um comprador decididos, em que ambas as partes atuaram de forma esclarecida e prudente, e sem coação.” A metodologia utilizada na avaliação foi o Método do Rendimento e o Método Comparativo.

Em 2019, apoiada em publicações especializadas, a Associação verificou que o valor médio do arrendamento naquela área aumentou comparativamente ao ano anterior, em linha com a evolução do mercado de arrendamento de escritórios. Também, em 2019 e para 2020, o valor da renda cobrada pela Associação, foi atualizada de acordo com os índices legais.

Desta forma, a Associação considera que o valor de mercado se deve manter acima do valor líquido contabilístico, pelo que não existem indícios de imparidade.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 2019 e em 2018 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2019		
	Programas de comput.	Investimentos	Total
	Proj. de Desenvolv.	em curso	
Ativos:			
Saldo inicial	1.785.581	119.874	1.905.456
Aquisições	-	56.374	56.374
Transferências	114.371	(114.371)	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final	1.899.953	61.876	1.961.829
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	1.102.228	-	1.102.228
Amortizações do exercício	258.392	-	258.392
Outras variações	-	-	-
Saldo final	1.360.620	-	1.360.620
Ativos líquidos	539.334	61.876	601.209
	2018		
	Programas de comput.	Investimentos	Total
	Proj. de Desenvolv.	em curso	
Ativos:			
Saldo inicial	1.534.243	247.976	1.782.218
Aquisições	-	123.237	123.237
Transferências	251.339	(251.339)	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final	1.785.581	119.874	1.905.456
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	856.167	-	856.167
Amortizações do exercício	246.061	-	246.061
Outras variações	-	-	-
Saldo final	1.102.228	-	1.102.228
Ativos líquidos	683.354	119.874	803.227

As aquisições de ativos intangíveis ocorridas no exercício de 2019, respeitam sobretudo à atualização dos conteúdos do Centro de Inovação e Competitivade (CIC) no Edifício K3, início do projeto de Certificação GDSN e projeto de desenvolvimento de indicadores estratégicos em *QlikSense*.

7 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A CODIPOR como Associação sem fins lucrativos está isenta de imposto sobre o rendimento referente à atividade não comercial, industrial ou agrícola.

Para efeito de apuramento do Imposto sobre o Rendimento, os rendimentos das atividades da CODIPOR repartem-se como se segue em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Rendimento sujeitos	350.991	441.162
Rendimentos isentos	2.256.865	2.223.300
	2.607.856	2.664.462
Cálculo do imposto sobre o rendimento:		
Rendimento (base imposto)	350.991	441.162
Imposto Apurado (21,0%)	73.708	92.644
Imputação de gastos comuns	(350.991)	(441.162)
Resultado Fiscal	-	-
Tributação Autónoma	18.616	18.520
Total imposto apurado	18.616	18.520

Após os ajustamentos fiscais aos rendimentos sujeitos, a Associação utilizou os gastos comuns às atividades exercidas até a concorrência do resultado fiscal obtido. Desta forma, o resultado fiscal é nulo, tendo assim apurado a pagar, apenas o valor das tributações autónomas.

8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro 2019 e em 2018 são detalhadas conforme se segue:

	2019			2018		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Ativos financeiros:						
- ATIVOS NÃO CORRENTES:						
- Outros ativos financeiros não correntes:	1.852.910	-	1.852.910	1.851.481	-	1.851.481
Fundo de compensação	14.407	-	14.407	10.766	-	10.766
Ativos financeiros – Títulos obrigacionistas	1.838.503	-	1.838.503	1.840.715	-	1.840.715
- ATIVOS CORRENTES:						
- Créditos a receber	87.690	(72.405)	15.285	88.826	(70.765)	18.061
- Adiantamento a fornecedores	595	-	595	9.473	-	9.473
- Associados e membros	1.767.152	(1.384.319)	382.833	1.690.386	(1.330.172)	360.214
- Outros ativos financeiros correntes:	-	-	-	100.104	-	100.104
Ativos financeiros – Títulos obrigacionistas	-	-	-	100.104	-	100.104
- Outros ativos correntes:	183.799	(135.663)	48.136	181.757	(135.663)	46.094
Outros devedores	137.871	(135.663)	2.209	138.208	(135.663)	2.545
Juros a receber	38.867	-	38.867	42.436	-	42.436
Acréscimos de rendimentos	7.060	-	7.060	1.114	-	1.114
	3.892.146	(1.592.387)	2.299.759	3.922.027	(1.536.600)	2.385.427
Passivos financeiros:						
- PASSIVO NÃO CORRENTE:						
- Outros passivos financeiros não correntes:	14.000	-	14.000	14.000	-	14.000
Cauções	14.000	-	14.000	14.000	-	14.000
- PASSIVO CORRENTE:						
- Fornecedores	358.576	-	358.576	337.657	-	337.657
- Adiantamento de clientes	1.848	-	1.848	2.713	-	2.713
- Adiantamento de associados e membros	34.808	-	34.808	33.294	-	33.294
- Outros passivos correntes:	618.332	-	618.332	537.630	-	537.630
Acréscimos de gastos	524.638	-	524.638	497.644	-	497.644
Fornecedores de investimento	93.676	-	93.676	39.616	-	39.616
Outros credores	18	-	18	370	-	370
	1.027.565	-	1.027.565	925.294	-	925.294

Na rubrica de ativos financeiros não correntes e correntes – títulos obrigacionistas estão registados títulos obrigacionistas de longo prazo, cuja maturidade é conforme segue:

	2019	2018	Maturidade
Outros Ativos Financeiros não correntes			
Obrigações Tesouro	678.546	685.689	outubro 2025
Obrigações Galp	413.084	413.476	janeiro 2021
Obrigações EDP	527.490	531.295	janeiro 2022
Obrigações Brisa	107.212	102.845	março 2025
Obrigações Ren	112.171	107.410	fevereiro 2025
	1.838.503	1.840.716	
Outros Ativos Financeiros correntes			
Obrigações CGD	-	100.104	janeiro 2019
	-	100.104	

Relativamente aos títulos obrigacionistas de longo prazo, apesar dos mesmos apresentarem uma maturidade superior a um ano, caso a Direção assim o entenda, estes podem ser desmobilizados no curto prazo. Contudo, não existe

intenção da Direção de vender tais títulos, no todo ou em parte, no curto prazo, sendo estes então considerados como ativos financeiros não correntes.

A taxa de juro média obtida com os títulos obrigacionistas, com cupão fixo anual, é de 2,62% em 2019 (2,66% em 2018).

A rubrica de créditos a receber inclui o saldo de clientes que regista os saldos a receber por serviços prestados a empresas não associadas.

Na rubrica de associados e membros são registados os saldos a receber por quotizações de associados e outras prestações de serviços efetuadas aos mesmos.

A rubrica de outros ativos correntes – juros a receber, inclui um acréscimo de rendimentos relativo a juros de aplicações financeiras de 38.867 Euros em 2019 (42.436 Euros em 2018), cujo cupão apenas será pago pelas Instituições Financeiras em 2020.

Na rubrica de outros passivos correntes estão registados os acréscimos de gastos referentes ao período, relativos a serviços recebidos e não faturados e bónus de desempenho dos colaboradores.

9 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2019	2018
Seguros	5.103	5.545
Licenças	38.765	148.839
Consultoria	1.274	1.272
Gastos a reconhecer	233.800	119.546
	<u>278.942</u>	<u>275.202</u>

A rubrica de diferimentos ativos respeita essencialmente a gastos a reconhecer em períodos seguintes. No final de 2019, encontravam-se por reconhecer gastos relativos a consumos a ocorrer em exercícios seguintes, de um contrato plurianual de licenciamento da plataforma AZURE (Microsoft). Encontravam-se ainda por reconhecer gastos relativos a 2020 com quotizações pagas ao grupo GS1 (*Membership Fee*), bem como custos a reconhecer aquando da realização da Assembleia Geral da GS1 Internacional que terá lugar em Lisboa em junho de 2020.

10 FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica fundos patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

	2019	2018
Resultados transitados	7.928.806	8.412.836
Resultados líquido	(553.251)	(484.030)
	<u>7.375.555</u>	<u>7.928.806</u>

11 DIFERIMENTOS PASSIVOS

A rubrica de diferimentos passivos em 31 de dezembro 2019 e em 2018 são detalhadas conforme se segue:

	2019	2018
Prestações de serviços	4.996	9.796
Patrocínios	15.000	15.000
Renda Campo Grande	7.196	7.160
	<u>27.192</u>	<u>31.955</u>

12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	12.450	-	12.340	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	119	21.580	119	19.739
Imposto sobre o valor acrescentado	955	5.059	490	5.820
Contribuições para a segurança social	161	30.993	-	26.247
Outros impostos	-	545	-	471
	<u>13.685</u>	<u>58.177</u>	<u>12.949</u>	<u>52.277</u>

13 RÉDITO

O “rédito” reconhecido pela Associação em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é detalhado conforme se segue:

	2019	2018
Quotas	2.498.047	2.457.730
Jóias	88.950	90.555
Cursos de Formação	18.265	9.009
Taxa Atribuição Códigos	405.261	421.658
Renovação/Atribuição códigos LEI	11.326	1.758
Outros Serviços	162.800	173.132
Serviços de Consultoria	42.959	-
SyncPT	345.805	309.587
Serviços Validata	72.929	63.540
Patrocínios	76.405	71.943
Eventos / Seminários	19.612	31.808
Aluguer Espaço	7.746	13.051
	<u>3.750.105</u>	<u>3.643.771</u>

O aumento verificado nos rendimentos da Associação em 2019, de cerca de 3%, deveu-se sobretudo, ao aumento do rendimento derivado das quotizações, pelas 593 adesões brutas faturadas e também pela alteração para um escalão superior de alguns associados. Não obstante, o rendimento derivado da taxa de atribuição de códigos reduziu, derivado sobretudo da maior racionalização na atribuição de códigos aos associados, e em 2018 alguns associados terem solicitado mais de um Código de Empresa (CEP), padrão que não se repetiu em 2019.

Igualmente relevante, foi o aumento registado nas receitas dos cursos de formação, derivado da revisão dos conteúdos e da maior oferta formativa.

Também em 2019, tiveram um aumento as receitas com a atribuição e renovação dos códigos LEI (*Legal Entity Identifier*), serviço que teve início em julho de 2018, data desde a qual a Codipor detém a certificação de Agente Registrado. Neste âmbito, em 2019, foi ainda estabelecida uma parceria com a Instituição Bancária BPI.

O aumento registado nos serviços de consultoria, resulta de um projeto em parceria com a Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), com vista ao combate à economia informal, a fraude e a evasão fiscal, no âmbito do combate à contrafação e contrabando de tabaco, em que a emissão dos códigos identificadores desses produtos, é garantida por uma plataforma criada pela Associação que permite o registo, validação e atribuição de todos os códigos. O aumento ocorrido resulta ainda de projetos de consultoria no Grupo Trivalor.

Nas subscrições do serviço Sync PT, também ocorreu um aumento, derivado sobretudo das adesões no ano ao serviço, e da alteração para um escalão superior de alguns associados.

De salientar ainda, o bom desempenho dos serviços validata, decorrente de um maior número de projetos angariados.

A evolução positiva dos patrocínios angariados, essencialmente para o Congresso da GS1 Portugal, compensa parcialmente o decréscimo ocorrido na receita da bilheteira de eventos.

14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Serviços especializados	1.075.865	1.164.130
Materiais	39.756	52.926
Energia e fluidos	46.694	29.102
Deslocações estadas e transporte	112.525	110.165
Serviços Diversos	315.219	328.160
	1.590.059	1.684.483

Dentro da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", os Serviços especializados são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Serviços especializados		
- Cursos de formação		16.815
- Trabalhos tipográficos	-	326
- Estudos de mercado	18.350	11.530
- Congressos / Seminários	2.285	2.370
- Pessoal temporário	72.877	122.000
- Serv. Seleção Pessoal	-	5.026
- Serviços de consultoria	233.556	174.068
- Medicina no trabalho	83	5.380
- Comissões	1.174	5.837
- Serviços de relações públicas	27.458	18.530
- Serviços de advocacia	111.282	146.780
- Serviços informáticos	224.670	179.231
- Publicidade e propaganda	37.997	67.378
- Traduções e Interpretações	-	1.031
- Honorários	62.748	57.877
- Conservação e Manutenção	38.015	66.870
- Serv. contabilidade/revisão de contas	19.860	24.991
- Serv. Bancários	12.090	11.645
- Licença utilização software	156.753	158.069
- Serv. coffee break/catering	20.916	34.909
- Base dados	16.656	12.746
- Vigilância e segurança	222	-
- Inscrições em eventos	5.557	710
- Serviços limpeza	6.475	21.263
- Serviços de transporte	5.126	6.535
- Outros	1.715	12.213
	<u>1.075.865</u>	<u>1.164.130</u>

Esta rubrica reduziu em 2019 cerca de 8% face ao exercício anterior. Esta variação deve-se a um efeito conjugado de reduções em algumas subrubricas, nomeadamente:

- Cursos de formação (-16.815 Euros) – reclassificação desta rubrica para gastos com o pessoal, por se entender que estes gastos estão relacionados com os colaboradores da Associação;
- Pessoal temporário (-49.123 Euros) – internalização de alguns recursos em 2019 e reforço no final de 2018 a pessoal temporário, para fazer face a projetos especiais de serviços validada no final desse ano;
- Serviços de advocacia (-35.498 Euros) – redução de serviços de *outsourcing* de cobranças, derivado do envio mais tardio das carteiras de valores a receber;
- Publicidade e propaganda (-29.381 Euros) – participação em 2018 no Projeto RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) em parceria com a TSF e InCentea, o que não ocorreu em 2019;
- Conservação e manutenção (-28.855 Euros) – redução de manutenções pontuais e a internalização de um *facility management* responsável pelos edifícios, com menor custo associado;
- Serviços de coffee break/catering (-13.993 Euros) – menor número de participantes nos eventos realizados pela Associação;
- Outros projetos (-10.498 Euros) – devido à celebração em 2018 de um acordo de parceria no Comité Estratégico do Programa Indústria 4.0, em parceria com a COTEC, sem custos associados em 2019;

E dos principais aumentos:

- Serviços de Consultoria (59.488 Euros) – realização em 2019 de um estudo de *benchmarking salarial* e delineação de apresentação do projeto de Modelo de Custeio ABC e outros indicadores financeiros;

- Serviços informáticos (45.440 Euros) – manutenções corretivas nas plataformas informáticas, desenvolvimento de *roadmap* para melhorias nos sistemas de informação e projetos de desenvolvimento aplicacional no ERP relacionados com o projeto de Modelo de Custeio ABC;

Dentro da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", os Materiais são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Materiais		
- Material de escritório	3.271	3.154
- Artigos para oferta	15.494	13.144
- Ferramentas e uten.de desg. rápido	20.991	28.774
- Livros e documentação técnica	-	7.663
- Outros	-	191
	<u>39.756</u>	<u>52.926</u>

A rubrica de gastos com livros e documentação técnica reduziu face a 2018, visto que, em 2018 ocorreu o lançamento de uma edição da revista da Associação, o que não ocorreu em 2019.

Dentro da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", as Energias e Fluidos são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Energia e fluidos		
- Combustíveis	25.969	29.102
- Electricidade	20.725	-
	<u>46.694</u>	<u>24.004</u>

O aumento dos gastos com eletricidade em 2019, deve-se ao facto de em 2018, o pagamento de gastos com eletricidade era coletado como uma despesa comum no arrendamento, estando incluída na rubrica de alugueres, em serviços diversos, detalhada abaixo.

Dentro da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", as Deslocações e estadas são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Deslocações estadas e transporte		
- Deslocações e estadas	98.802	92.491
- Portagens	9.390	11.245
- Quilómetros	4.333	6.429
	<u>112.525</u>	<u>110.165</u>

Dentro da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", os Serviços Diversos são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Serviços Diversos		
- Alugueres	143.864	162.840
- Renting	58.135	52.535
- Comunicação	46.799	44.412
- Seguros	13.978	40.606
- Serviços de limpeza	39.375	6.892
- Contencioso	11.917	14.019
- Despesas de representação	-	3.774
- Outros	1.151	3.081
	<u>315.219</u>	<u>328.160</u>

A rubrica de serviços diversos decresceu face a 2018, devido essencialmente aos gastos com alugueres (em 2018 os gastos com eletricidade eram incluídos nesta rubrica, dentro dos gastos comuns do arrendamento do edifício sede, encontrando-se individualizados em 2019), bem como à redução dos gastos com seguros, devido à reclassificação ocorrida em 2019 dos gastos de seguro de saúde de fornecimentos e serviços externos para gastos com o pessoal, por se entender que este gasto está relacionado com os colaboradores.

15 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Remunerações	1.559.220	1.388.660
Encargos sobre remunerações	272.570	241.630
Indemnizações	80	4.403
Seguros de acidentes no trabalho	6.900	6.061
Gastos de acção social	12.397	10.935
Outros gastos	20.373	22.569
Saúde no trabalho	1.188	-
Segurança no trabalho	784	-
Seguro Saúde	28.243	-
Formação	11.121	-
	<u>1.912.876</u>	<u>1.674.257</u>

O número de colaboradores em 31 de dezembro de 2019 era 46 e em 31 de dezembro de 2018 era de 40.

No exercício de 2019, ocorreu uma reclassificação das rubricas de "Saúde no trabalho", "Segurança no trabalho", "Seguro de Saúde" e "Formação" (num total de 41.336 euros) de fornecimentos e serviços externos para gastos com o pessoal, por se entender que estes gastos estão relacionados com os colaboradores da Associação.

16 IMPARIDADE DE ATIVOS

As imparidades de dívidas a receber nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	2019				Saldo Final
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Outras variações	
Dívidas clientes	70.765	1.640	-	-	72.405
Dívidas de associados	1.330.172	54.647	-	(500)	1.384.319
Outras dívidas	135.663	-	-	-	135.663
	1.536.600	56.287	-	(500)	1.592.387

	2018				Saldo Final
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Outras variações	
Dívidas clientes	67.187	3.578	-	-	70.765
Dívidas de associados	1.275.941	55.130	-	(900)	1.330.172
Outras dívidas	135.663	-	-	-	135.663
	1.478.792	58.708	-	(900)	1.536.600

No período de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes montantes de imparidades:

	2019			2018		
	Gastos	Rendimentos	Total	Gastos	Rendimentos	Total
Perdas por imparidade						
Sócios/associados/clientes	56.287	-	56.287	58.708	-	58.708
Outros credores	-	-	-	-	-	-
	56.287	-	56.287	58.708	-	58.708

A imparidade afeta a Outras dívidas respeita a 100% do valor em dívida por uma ex-colaboradora.

A imparidade de ativos encontra-se apresentada no balanço a deduzir às respetivas rubricas a que respeita.

17 AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A decomposição da rubrica de “Aumentos/reduções de justo valor” no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	2019	2018
Ganhos por aumento de justo valor	-	-
Reduções por aumento de justo valor	(2.316)	(54.937)
	(2.316)	(54.937)

No exercício de 2019, o resultado global da variação do valor de mercado das aplicações financeiras da Associação foi negativo, tendo gerado na globalidade uma perda por redução de justo valor de 2.316 Euros, enquadrado na política de investimentos financeiros da Associação, com um perfil de risco conservador.

18 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	2019	2018
Rend. ganhos suplementares	119.011	114.760
Correções de períodos anteriores	32.869	36.964
Excesso de estimativa de imposto	-	9.946
Diferenças de câmbio favoráveis	320	5.487
Outros rendimentos e ganhos	1.961	-
Alienações	-	2.353
Outros não especificados	430	1.079
	<u>154.591</u>	<u>384.518</u>

A rubrica de rendimentos e ganhos suplementares inclui essencialmente as rendas recebidas do Campo Grande no valor de 85.918 Euros em 2019 e 84.941 Euros em 2018.

19 AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	2019	2018
Propriedades de investimento	48.123	48.423
Activos fixos tangíveis	309.495	292.628
Activos fixos intangíveis	258.392	246.061
	<u>616.009</u>	<u>587.112</u>

O aumento verificado na rubrica de amortizações e depreciações está relacionada com a amortização do investimento efetuado no exercício.

20 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	2019	2018
Imposto sobre o valor acrescentado	2.107	1.439
Outros impostos indirectos	-	720
Taxas	1.146	1.421
Descontos de pronto pagamento	9.869	9.641
Correcções relativas a exercícios ant.	3.488	1.828
Diferenças de câmbio desfavoráveis	191	547
Quotizações	261.045	239.297
Donativos	22.996	23.376
Multas e Penalidades	58	302
Insuficiência da estimativa para impostos	338	-
Despesas não documentadas	59	34
Outros	677	717
Sinistros	1.512	317
Alienações	7.071	135
	<u>310.557</u>	<u>279.774</u>

Na rubrica de outros gastos verificou-se um aumento face a 2018, devido essencialmente ao aumento de gastos na rubrica de quotizações, diretamente relacionado com um aumento dos rendimentos de serviços *core* da Associação (*Membership Fees* pagos ao grupo GS1).

21 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 2019 e 2018 são detalhados conforme se segue:

	2019	2018
Depósitos Obrigações em instituições de crédito		
- Juros obtidos	49.947	60.239
	<u>49.947</u>	<u>60.239</u>

A redução verificada nos juros obtidos prende-se com o menor número de aplicações financeiras efetuadas em 2019, devido aos investimentos efetuados no ano.

Os juros e outros gastos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 2019 e 2018 são detalhados conforme se segue:

	2019	2018
Juros suportados	1.174	838
	<u>1.174</u>	<u>838</u>

22 LOCAÇÕES

Locações Operacionais

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecido como gasto do período o montante de 58.034 Euros (80.520 Euros em 2018), relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a veículos automóveis locados pela Associação. Estes contratos não têm prazos de renovação, nem opção de compra e não podem ser sujeitos a sublocação pelos locatários. Em 31 de dezembro de 2019 a Associação detinha como locatário, contratos de locação operacional de viaturas, cujos pagamentos mínimos de locação ven- cem como se segue:

Ano 2020	57.041 Euros
Ano 2021	13.111 Euros

23 PARTES RELACIONADAS

A 31 de dezembro de 2019, a Associação não apresenta saldos ou transações com partes relacionadas.

24 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários em 31 de dezembro de 2019 do Revisor Oficial de Contas relacionados com serviços de Auditoria Externa ascenderam a 10.658 Euros.

25 GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2019, a Associação tinha assumido responsabilidades pela apresentação das seguintes garantias bancárias:

Ano	Entidade	Tipo de Garantia	Montante
2014	Petrogal, S.A.	Caução	5.000

27 ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo não ocorreram eventos subsequentes, que alterem as Demonstrações Financeiras da Associação.

Lisboa, 21 de fevereiro de 2020

CÓNTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT





6. RELATÓRIO DOS AUDITORES

Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CODIPOR - Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 8.493.498 euros e um total de fundos patrimoniais de 7.375.555 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 553.251 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CODIPOR - Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo.
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

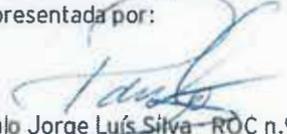


Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 03 de março de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís Silva - ROC n.º 1334
Registado na CMVM com o n.º 20160944



7. PROPOSTA DA DIREÇÃO PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS OBTIDOS

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS – CONTAS 2019

Exmos. Senhores Associados,

A Direção propõe que o resultado líquido negativo apresentado, € 553.251 (Quinhentos e cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta e um Euros), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, transite para a rubrica de "Resultados Transitados".

Lisboa, 21 de fevereiro de 2020

A DIREÇÃO



Presidente – Johnson & Johnson, Lda.



Vice-Presidente – Modelo Continente Hipermercados, S.A.



Vogal – Auchan Retail Portugal, S.A.



Vogal – Sogrape Distribuição, S.A.



Vogal – Nestlé Portugal, Unipessoal, Lda.



8. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Codipor – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos (doravante designada por Associação) e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora efetuada e dar o Parecer sobre as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados que a Direção da Codipor – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos, apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Reunimos por diversas vezes com o Auditor Externo, acompanhando o desempenho da sua função.

Acompanhámos o processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como a auditoria anual.

Apreciámos o Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2019, com o qual concordamos.

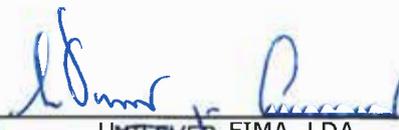
No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento:

- a) as demonstrações financeiras e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Associação;
- b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conformes com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Associação;

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção e serviços da Associação, bem como as conclusões constantes do Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras, exprimimos a nossa concordância com as Demonstrações Financeiras e com a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2019 (transferência do resultado líquido negativo de € 553.251 - Quinhentos e cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta e um Euros - para a rubrica de Resultados Transitados), pelo que somos do parecer que deverão os mesmos ser aprovados em Assembleia Geral.

Lisboa, 04 de março de 2020

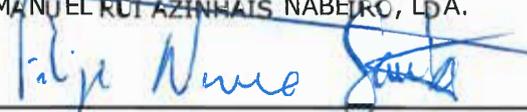
O CONSELHO FISCAL



UNILEVER FIMA, LDA.



MANUEL RUI AZINHALIS NABEIRO, LDA.



SOVENA PORTUGAL - CONSUMER GOODS, S.A.



gs1pt.org

GS1 Portugal

Estrada do Paço do Lumiar,
Campus do Lumiar, Edifício K3
1649-038 Lisboa

+351 217 520 751

+351 217 520 740

info@gs1pt.org

